

LAGECI LABORATÓRIO DE GESTÃO
COSTEIRA INTEGRADA

Florianópolis - SC - março de 2021 - n. 15

INFORMATIVO

Administração pública e gestão costeira no Brasil

pg. 6



Multiframe

Projeto análise os usos
múltiplos na Reserva Extra-
tivista Marinha do Pirajubaé

pg. 8

Oficina Reservas de Surf – Região Sul

Evento discutiu elaboração
do Programa Brasileiro de
Reservas de Surf pg. 9



Quem somos

O Laboratório de Gestão Costeira Integrada da UFSC - LAGECI - se dedica a projetos e pesquisas que visam o planejamento e gestão da zona costeira e marinha, com foco em serviços ecossistêmicos, governança costeira, áreas protegidas, gestão de praias, mudança climática e vulnerabilidade costeira. Trabalhamos em parceria com diversas instituições e universidades, desenvolvendo redes de intercâmbio regionais, nacionais e internacionais.

Projetos e publicações podem ser visualizados na página
<http://lageci.paginas.ufsc.br>.



Equipe editorial

Dra. Marinez Eymael Garcia Scherer
M^a Alessandra Pfuetzenreuter
M^a. Karla C. Oliveira Lobato
M^a. Mariana Paul de Souza Mattos

Revisão textual

Luiz Gonzaga Paul

Colaboradores ed. 15

Dr. Francisco Arenhart da Veiga Lima
Dr. José Maurício de Carmargo
Me. Fabrício Basílio de Lima
M^a. Cibele Lima
M^a. Mariana Paul de Souza Mattos
M^a. Natalia Ramos Corraini
Me. Mauro Figueiredo
Me. Sereno DuPrey Diederichsen
Bsc. Iago Llantana

Contato



<http://lageci.paginas.ufsc.br>



lageci.ufsc@gmail.com



[lageci_ufsc](#)



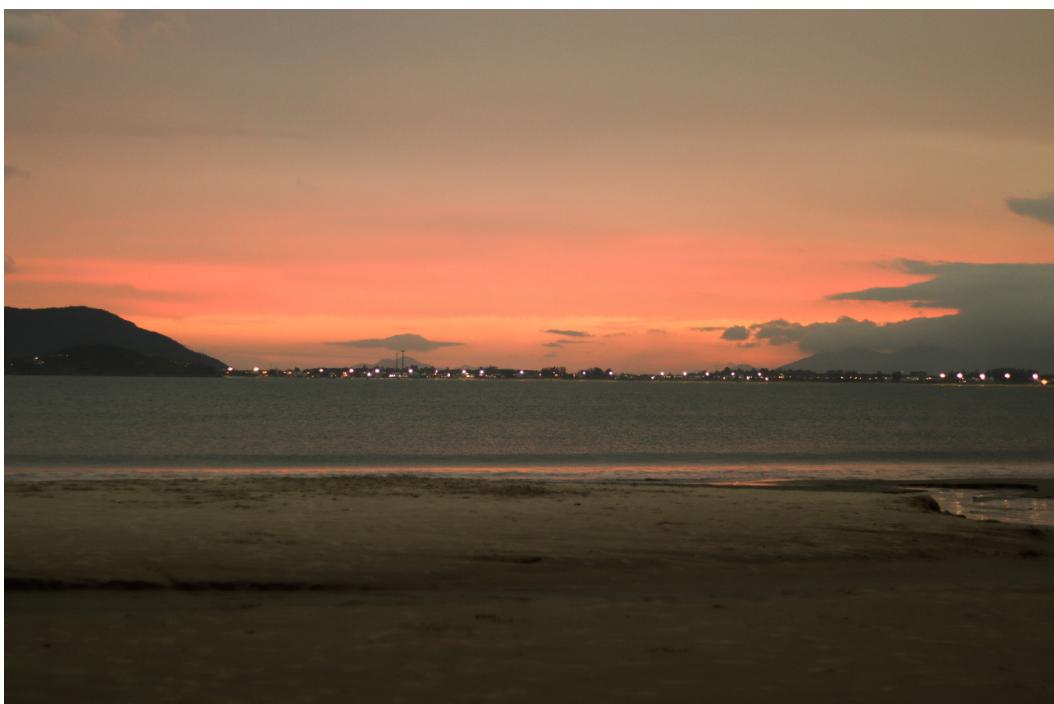
<https://www.youtube.com/c/LAGECIUFSC>



<https://www.facebook.com/lageci>



BOLETIM INFORMATIVO



Marcio Gandra

Praia da Pinheira-Palhoça , SC

Março 2021

- 6** **Artigo** Administração Pública e Gestão Costeira no Brasil: Reformismo e Modernidade Postergada pg.4

- 11** **Eventos** 3.º Fórum Global de Ampliação dos Serviços Climáticos para Investimentos em Infraestrutura pg.11

SEÇÕES

Eventos

Defesas

Agenda

Capa: Foto: Bruno Heron



UFSC

DA EQUIPE EDITORIAL

Bem-vindos a mais uma edição do nosso Boletim do LAGECI. Agradecemos por nos acompanhar, seguimos firmes no intuito de auxiliar na divulgação científica e no nosso papel de compartilhamento dos nossos aprendizados e conhecimentos.

Para os próximos meses estamos preparando outros projetos de divulgação além do nosso SIL – Seminário Integrado do LAGECI.

Esperamos que apreciem.

Entre a Pedra e a Onda: Legislação e Percepções da Extração de Perna perna dos Costões da Ilha de Santa Catarina

THAÍS FONSECA RECH E MARINEZ EYMAEL GARCIA SCHERER

Objetivo

A extração de marisco (*Perna perna*) dos costões para a alimentação humana é uma atividade tradicional na Ilha de Santa Catarina (ISC), município de Florianópolis, Brasil, tendo como base um serviço ecosistêmico de provisão. É uma atividade originalmente associada à pesca e subsistência, mas começou a ter finalidade comercial após 1980. Na década de 1990, os mexilhões passaram a ser retirados para a produção de sementes para a maricultura, aumentando a pressão sobre os estoques naturais. É fundamental conhecer melhor os aspectos da extração do marisco para que se possa realizar a gestão desse recurso. Procurou-se preencher as principais lacunas no conhecimento sobre a atividade, como a regulamentação existente sobre essa atividade, a localização dos costões, onde ocorre a extração, e a identidade dos atores envolvidos na extração.

Metodologia

Para encontrar essas informações, foi feita uma revisão de literatura e realizadas entrevistas com membros-chave da comunidade, com pesquisadores da área e com frequentadores de oito praias na ISC (Figura 1).



Figura 1. Localização da área de estudo, onde se entrevistaram informantes-chave, frequentadores das praias e costões, e proprietários de estabelecimentos comerciais. Fonte: baseada em mapas fornecidos pelo IBGE (2015).

Resultados

A legislação nacional encontrada cobre uma boa parte dos pontos necessários para o manejo da atividade; contudo, não se observou fiscalização dos órgãos competentes, tampouco emissão de licenças. Os estoques se localizam nos trechos rochosos do lado leste da Ilha e partes mais expostas do norte; a finalidade do marisco obtido afeta o método de extração (Tabela 3 e 4): o extraído mediante mergulho é em geral utilizado para comércio, e o extraído do costão exposto, normalmente para consumo próprio.

Todos os entrevistados, que disseram extraírem marisco, eram do sexo masculino e moradores de Florianópolis. A maioria deles realiza a atividade nos meses de verão, de modo ocasional (Figura 2).

Tabela 3. Modo de Extração do marisco indicados pelos extratores.		
Table 3. Collection mode of seafood indicated by respondents.		
Local	Costão - Entremarés	Mergulho
Barra da Lagoa	2	2
Armação/Matadeiro	1	1
Mole	1	0
Joaquina	1	2
Santinho	1	0
Ponta das Canas	2	0
Ingleses	0	0
Total	8	5

Figura 2: Modo de extração do marisco

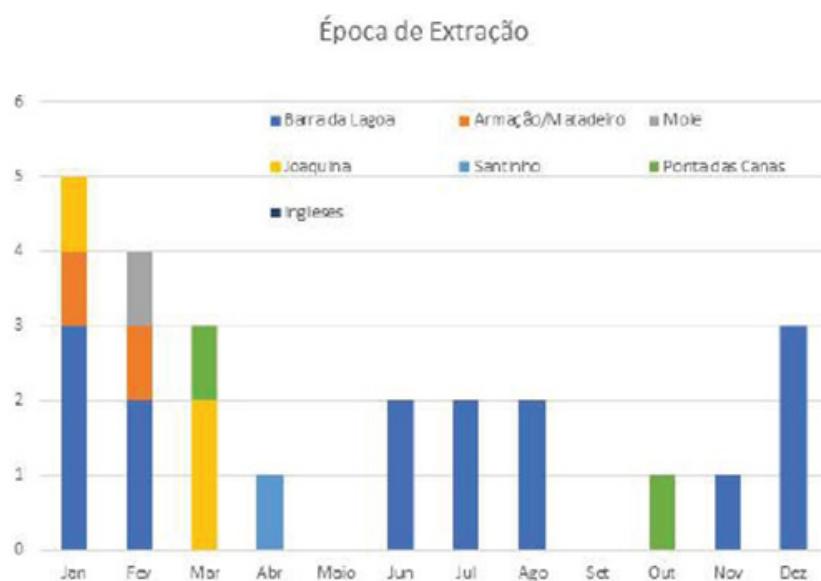


Figura 3. Época de extração de Perna perna na ISC, de acordo com o número de respostas dadas pelos entrevistados.

Conclusão

Os extratores acreditam que a quantidade de marisco disponível diminuiu, mas que a mudança da fonte das sementes dos costões para os coletores artificiais diminuiu a pressão sobre os costões naturais, e que os métodos de rotação utilizados são rudimentares. As falhas no manejo, na rotação, na emissão de licenças, a falta de fiscalização e a poluição são as principais ameaças à manutenção do serviço de provisão, representado pelos mariscos. Este trabalho fornece subsídios para a tomada de decisão e serve de base para outros estudos sobre os serviços de provisão dos costões naturais.

Administração Pública e Gestão Costeira no Brasil: Reformismo e Modernidade Postergada

Public Administration and Brazilian Coastal Management: Reformism and Late Modernity

JULLIET CORREA DA COSTA; MILTON ASMUS; GILBERTO SALES

Objetivo

Este artigo busca analisar possíveis efeitos de movimentos institucionais e reformas da administração pública brasileira nos planos e estruturas direcionadas ao gerenciamento costeiro, vistos como parte integrante das políticas públicas estabelecidas para planejamento e gestão da respectiva região.

A abordagem metodológica desenvolvida é descritiva e interpretativa, com dados qualitativos que caracterizam o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) a partir das etapas de um ciclo de políticas públicas, observando a presença (ou ausência) de elementos de cada modelo de Administração Pública (AP) no seu desenvolvimento. Da mesma forma, buscou-se identificar os principais agentes políticos envolvidos no âmbito do GERCO e suas atribuições, assim como, suas relações com instrumentos legais, projetos e ações, através de elementos característicos dos modelos de administração pública. A integração do programa e dos instrumentos de

gestão costeira com os arcabouços teóricos e práticos da administração pública brasileira ainda é pouco conhecida. Destaca-se, assim, a relevância científica deste trabalho por realizar uma aproximação entre esses esquemas teóricos da AP e dos ciclos de política pública, com suas distintas abordagens de pesquisa, criando-se oportunidades e potencialidades para o preenchimento de lacunas entre esses diferentes campos do conhecimento.

Metodologia

O ciclo de políticas públicas e as etapas descritas no artigo foram baseados na análise de Frey (2000). Seu método auxilia a sistematização e facilita o entendimento dos processos de concepção de uma política pública e seu desdobramento em uma sequência de cinco fases interdependentes – Percepção do Problema, Definição de Agenda, Elaboração de Programas e Decisão, Implementação de Políticas e Avaliação. Neste estudo, foram descritas, especificamente, as etapas de: percepção/definição de problemas; definição de agenda; elaboração de programas e decisão; e implementação de política (Figura 1).

Como forma de garantir os apontamentos teóricos e técnicos, atualizados, dos assuntos tratados, foi realizada uma revisão bibliográfica exaustiva em todas as fases de desenvolvimento do artigo. As unidades

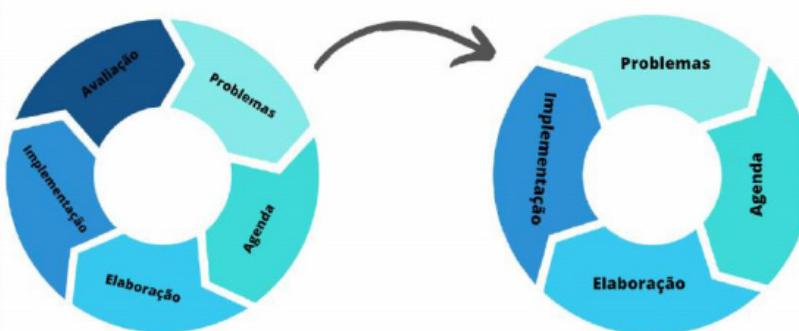


Figura 1. Etapas do ciclo de políticas públicas baseadas em Frey (2000) (esquerda), adaptadas ao estudo de caso (GERCO). Figura elaborada pelos autores (direita).

Figure 1. Stages of the public policy cycle based on Frey (2000) (left), adapted to the case study (GERCO) (right).
Figure prepared by the authors.



UFSC

de análise adotadas foram, especialmente, os Planos Nacionais de Gerenciamento Costeiro (PNGC I e PNGC II), informações e publicações oficiais contidas nos sítios eletrônicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (<https://www.mma.gov.br/>) e da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) (<https://www.marinha.mil.br/secirm/seccirm>), em artigos científicos e dados secundários compilados.

Resultados

O resultado da análise conclui que o GERCO, assim como outras políticas públicas brasileiras, foram concebidos e implementados num contexto de hibridismo dos modelos de administração burocrático, gerencial e societal (Figura 2).

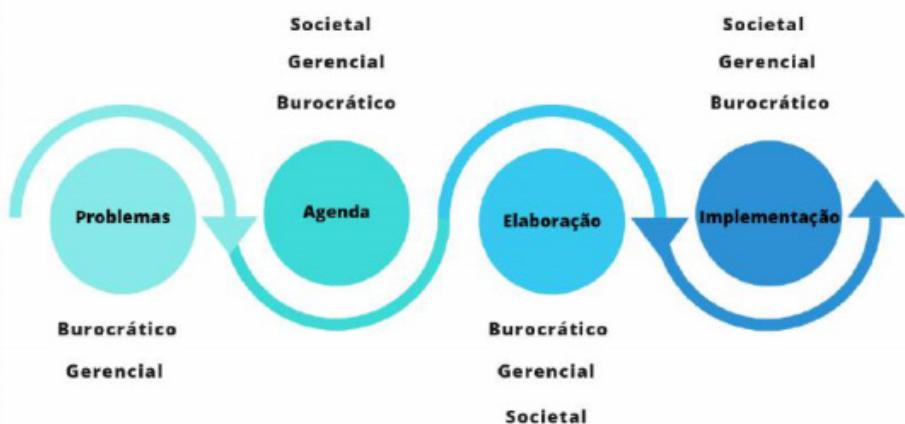


Figura 2. Padrão híbrido dos modelos de administração pública - burocrático, gerencial e societal - no contexto do desenvolvimento do ciclo de políticas públicas para o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO).

Figure 2. Public administration models hybrid pattern - bureaucratic, managerial and societal - in Brazilian Coastal Management Program (GERCO) development context.

blema, até a fase de implementação da política e seus instrumentos. Destaca-se, logo após a regulamentação do PNGC II, um forte hibridismo entre os modelos burocrático, gerencial e, o mais recente, o social, com a incorporação da necessidade de reforçar a participação e atuação de atores da sociedade civil. O ciclo auxiliou a sistematização das informações sobre a estrutura do GERCO e evidencia uma fragilidade quanto às etapas de fazer valer na prática os instrumentos que visam garantir o ordenamento e conservação dos espaços costeiros.

Conclusão

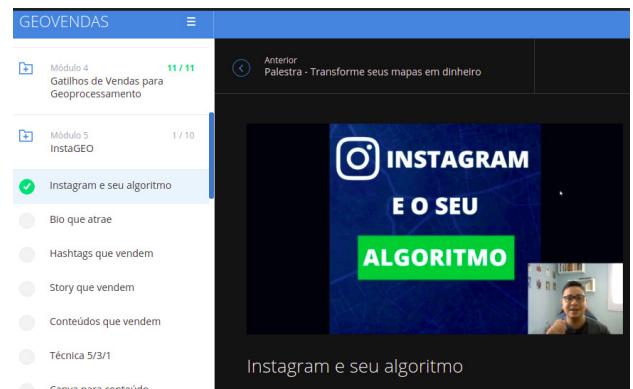
O caso brasileiro estudado apresentou uma perspectiva de como os modelos de administração pública estão presentes na estrutura do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro e se relacionam com seus instrumentos e ações públicas. Acredita-se que a análise realizada contribua para o aprofundamento da compreensão das relações da gestão costeira com o âmbito da administração pública, que a contém. É nessa estrutura de gestão e implementação de iniciativas políticas que se estabelecem condições favoráveis ou não para o estabelecimento de instrumentos e informações para atuarem junto dos processos de planejamento e gerenciamento da zona costeira. Portanto, a clara percepção e reflexão sobre fatores e condicionantes, que balizam essa condição política, são imperativas para a adequada condução pública de tais processos e, por consequência, para tornar mais efetivos seus resultados práticos.

No entanto, esse hibridismo pode ser reconhecido de diferentes maneiras quando se observa cada etapa do ciclo político. Os elementos da administração burocrática ficam evidentes principalmente na elaboração do programa (PNGC I) e, também através de hierarquias, na organização de competências para coordenação e na constituição de instrumentos técnicos sem participação de atores sociais, que não técnicos especializados. O modelo gerencial encontra-se presente em todas as etapas do ciclo, desde a percepção do problema, até a fase de implementação da política e seus instrumentos. Destaca-se, logo após a regulamentação do PNGC II, um forte hibridismo entre os modelos burocrático, gerencial e, o mais recente, o social, com a incorporação da necessidade de reforçar a participação e atuação de atores da sociedade civil.

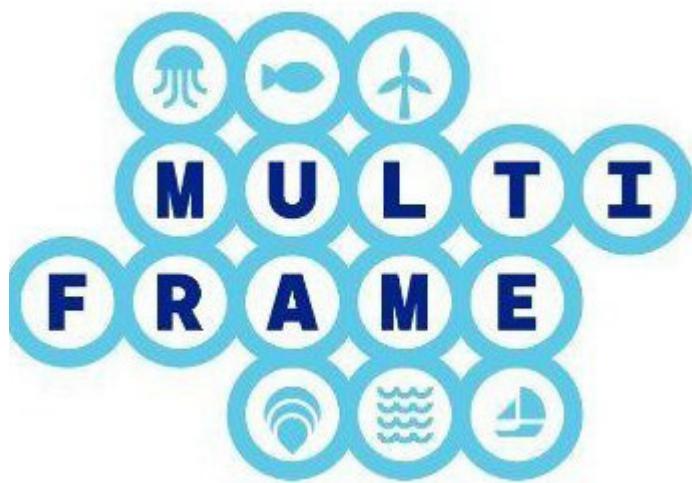
Eventos

Curso de Geovendas

A integrante do LAGECI, Cibele Lima, participou de um curso sobre Geovendas, ministrado online pela empresa STARTGEO, líder em Geomarketing no Brasil. O objetivo foi melhorar a comunicação de venda de produtos cartográficos e entender qual o mercado referente ao uso do SIG (Sistema de Informação Geográfica) e Geoprocessamento dentro de empresas. Alguns temas da área de marketing foram abordados, como o mindset de vendedor, a melhor maneira de realizar a precificação dos produtos e as formas de elaborar uma proposta atrativa através de um pitch de vendas. O tema foi interessante para abrir a mente com relação ao papel do geógrafo em nossa sociedade e revelar caminhos até então nunca percorridos.



Projeto Multiframe



O ano de 2021 tem sido importante para desenvolver os fundamentos do Projeto Multiframe, e também para a análise multiuso do espaço marinho. O multiuso é entendido aqui como a utilização conjunta, intencional, de recursos (espaço físico, plataformas, logística, etc.) para duas ou mais atividades, tendo o uso eficiente e sustentável como principal fundamento. Entre os avanços já realizados, está uma análise global das redes científicas e das narrativas dos multiusos no meio marítimo. Além disso, está se desenvolvendo uma abordagem de estudos de caso expressivos em escala mundial.

No Brasil, o LAGECI está pretendendo analisar o multiuso das atividades de pesca, turismo e conservação, a partir da experiência da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé. Para este ano, o passo mais importante será o estabelecimento da abordagem de avaliação do projeto, que irá integrar os vários estudos de caso, gerando uma análise abrangente da possibilidade de utilização de propostas multiuso na utilização e gestão do espaço marinho.



Aconteceu, nos dias 11 e 12 de março, as Oficinas Regionais de Integração das regiões Sul, Norte e Nordeste, sendo parte integrante da metodologia de elaboração e consolidação do Programa Brasileiro de Reservas de Surf (PBRs).

Os eventos contaram com a participação de aproximadamente 70 pessoas durante os dois dias. O LAGECI foi representado por sua coordenadora Prof. Dra. Martinez Scherer, Dr. José Maurício de Camargo, Msc Natália Corraini e o mestrandinho Iago Llantada, além do pós-doutorando Francisco Veiga Lima, Dr. Fabricio de Almeida, e o doutorando Mauro Figueiredo, que compõem a direção executiva do PBRs e atuaram como moderadores de grupos de trabalho no evento.

Na consolidação das Reservas de Surf, a ideia das oficinas foi agregar os conhecimentos dos atores envolvidos, numa colaboração coletiva

para a construção do PBRs. Dessa forma, os debates foram conduzidos pela equipe responsável pelo evento, tendo sido subdivididos por temas, cada um deles debatido em subgrupos em separado, liderados por um membro da equipe responsável (moderador); posteriormente, as ideias eram apresentadas ao grupo todo.

Cada tema a ser debatido trazia perguntas que orientavam os debates. Os temas foram:

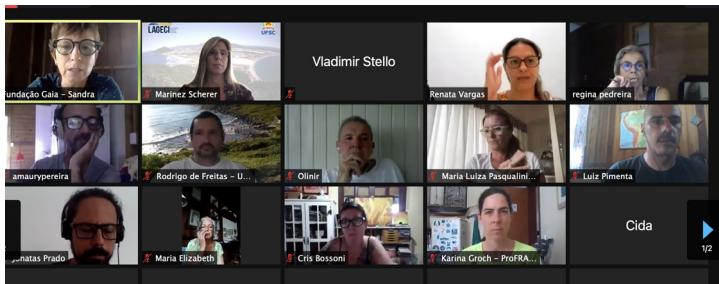
1. Critérios para o reconhecimento das reservas de surf.
2. Fundamentos para a gestão de base local para as reservas de surf no Brasil.
3. Mapeamento de atores e iniciativas relacionadas ao surf, que podem contribuir com o PBRs, e a conservação ambiental.
4. Implementação do PBRs.



A participação destes atores das regiões Sul, Norte e Nordeste se somaram aos resultados advindos do primeiro Workshop regional Sudeste, realizado em junho de 2019, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. A metodologia implementada durante as oficinas, com enfoque participativo, buscou promover o protagonismo e valorização da diversidade de saberes e experiências, utilizando técnicas diversas de moderação e integração de grupos.

O PBRs é uma iniciativa do Instituto APRENDER, da ONG Ecosurf e conta com apoio institucional do LAGECI/UFSC e da ONG internacional Save The Waves Coalition. As Reservas de Surf objetivam proteger os ecossistemas de surf, valorizar a cultura e comunidades costeiras, e fomentar de modo sustentável a economia local.

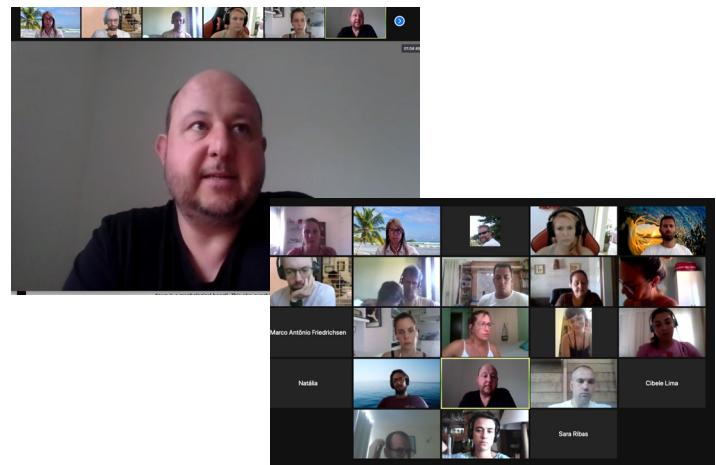
Conselho Deliberativo da APA da Baleia Franca



A Prof.a Dr.a Martinez, como representante da Universidade Federal de Santa Catarina e Titular no Conselho Deliberativo da APA da Baleia Franca, participou da reunião do CONAPA BF no dia 18 de março.

LAGECI recebe convidado em sua reunião semanal

No dia 23 de fevereiro, o LAGECI recebeu Andrei Polejack, coordenador do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Atualmente Polejack está desenvolvendo sua tese de Doutorado na Suécia, no Sakawa Global Ocean Institute, na World Maritime University. Durante a reunião trouxe o tema “Diplomacia científica no oceano” para debate com os membros do LAGECI.



3.º Fórum Global de Ampliação dos Serviços Climáticos para Investimentos em Infraestrutura

O 3.º CSI GLOBAL FORUM, evento desenvolvido no âmbito do projeto global “Ampliação dos Serviços Climáticos para Investimentos em Infraestrutura (CSI)”, financiado pelo Ministério Federal Alemão para o Meio Ambiente e Segurança Nuclear (BMU), realizou-se no dia 16 de março de 2021.

O evento abordou a implementação do protocolo PIEVC Comitê de Vulnerabilidade de Engenharia de Infraestrutura Pública, estabelecido pela Engineers Canadá há mais de 10 anos. O PIEVC objetiva avaliar os riscos climáticos de infraestrutura pública e promover a cooperação internacional e a criação de redes entre especialistas. O protocolo já

foi implementado mais de 70 vezes, incluindo aplicações internacionais no Brasil, Costa Rica, Honduras, Vietnã, Canadá e na Bacia do Nilo. A aplicação do PIEVC desempenha um papel vital na prestação de serviços públicos institucionalizados para garantir a resiliência de infraestruturas, como, por exemplo, os modais de transporte, sejam portos, rodovias, ferrovias e aeroportos, e sobretudo considerando os potenciais efeitos da mudança do clima sobre territórios costeiros.

O pós-doutorando do LAGECI, Francisco Veiga Lima, especialista em gestão costeira e planejamento ambiental portuário, vem participando como voluntário desde 2018 nos eventos relacionados à aplicação do PIEVC no Porto de Itajaí/SC. E mais recentemente vem atuando como consultor no uso do CSI para a sensibilização de tomadores de decisão na escala federal, sobre Riscos Climáticos e Adaptação baseada em Ecosistemas (RCA/AbE), no âmbito do planejamento estratégico do Ministério de Infraestrutura (Minfra) do Brasil.

Agenda

Próximos eventos

OBS: as datas dos eventos aqui listados foram conferidas em 04/04/2021. Entendemos que, devido a COVID-19, alterações possam ser realizadas ao longo do ano.

Abril

European Geosciences Union General Assembly -vEGU21

19-30 de abril - Online

<https://www.egu21.eu/>

Maio

International Coastal Symposium 2021

3-6 de maio - Maio Seville, Spain.

<https://www.ics2020.org/>

Junho

3rd ESP Europe Conference - Ecosystem Services Partnership

17-20 de maio - Tartu - Estônia

<https://www.espconference.org/europe2020>

6th International EcoSummit

14-18 de junho - Austrália

<http://www.ecosummitcongress.com/>

Julho

Nature-based Solutions in a Changing Climate 2021

6-8 de julho - University of Oxford

<https://www.naturebasedsolutionsoxford.org/home/>

Coastal Dynamics 2021

28 a 02 julho

<https://www.coastaldynamics2021.nl/?s=08>

Agosto

International Geographical Congress (IGC) - “Geography: Bridging The Continents”

16-20 de agosto – Istanbul, Turkey

<https://www.igc2020.org/en/default.asp>

Setembro

Estuaries and coastal seas in the Anthropocene - Structure, functions, services and management

6-10 de setembro – Hull, Reino Unido

<http://www.estuarinecoastalconference.com/>

16th International conference Littoral Conference

13-17 de setembro - Costa Da Caparica, Portugal.

www.littoral21.com

Sustainable Coastal Planning in a Changing World

16-18 de setembro – Raseborg, Finlândia

<https://www.novia.fi/coastgis2020/home/>

World Fisheries Congress 2021 (WFC2021)

20-24 de setembro – Australia.

<https://wfc2020.com.au/>

Outubro

Our Coastal Futures

17-20 de outubro – Gold Coast – Austrália

<http://coastalfuturesconference.com/>

Coastal Hazards in Africa

27-29 de outubro – Durban – South Africa.

E.Wiles@saiab.ac.za